

1-) MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

É com prazer que mostraremos a seguir os resultados e conquistas obtidas em 2022. O cenário de suprimentos pelas montadoras continuou desafiador, com muitos produtos ainda com demora na entrega por falta de componentes, problema originado desde 2020 com a chegada da Covid. Porém, já apresenta sinais de melhoria, e acreditamos que ao longo de 2023 deva chegar próximo a normalidade pré-pandemia. Mesmo assim, Maestros conquistou crescimento na Receita de Locação (+7%) e no Lucro Líquido (+39%). Algumas ações importantes foram realizadas em 2022, e outras já planejadas e serão implementadas em breve:

- Compra de Carros: até 2022 a negociação de carros era feita através de um "club deal" composto pela Maestros e mais três locadoras. Ao longo do ano, decidimos expandir o projeto e aderir ao novo formato coordenado pela Wernum, que terá objetivo de unir quinze empresas do setor, resultando em um volume consolidado de compras mais expressivo, e por consequência condições comerciais mais agressivas junto às montadoras.
- Venda de Carros: mantidos os dois canais de vendas atuais, varejo em Belo Horizonte, e atacado em Belo Horizonte e São Paulo, estes com instalações e estruturas físicas para operarem. Conjuntamente, vendemos frota em outros Estados através de projetos específicos, capacitando a Maestros para a venda de veículos em todo o Brasil. Além da frota própria da Maestros, aumentamos o volume de venda de seminovos pertencentes a outras empresas clientes, possibilitando assim uma oferta completa para a terceirização e gestão da frota. Para 2023, esperamos um volume maior de venda de veículos devido ao ciclo natural de vencimento de contratos.
- ESG: ao longo do ano, com a ajuda de consultoria independente, construímos a Matriz de Materialidade de ESG, e divulgamos nosso primeiro Relatório de Sustentabilidade, esses foram passos importantes para nortear nossas ações, a serem implantadas continuamente pela Companhia. Além disto, mantivemos a certificação "Carbon Free", resultado da neutralização de carbono da frota interna da Companhia e realizado desde 2018 pelo IBDN, através do reflorestamento.
- Produtos: evolução importante no portfólio da Maestros, ao que veículos pesados passou de 29% para 35% do faturamento de locação. Já sem fim de linha desde o final do ano um aumento na estrutura comercial, com o objetivo de não só aumentar o crescimento, mas também ampliar a participação de Pesados e também de Linha Verde (Máquinas Agrícolas) que é um projeto novo e muito promissor. Agradecemos em nome do nosso time a todos que de alguma forma participaram e contribuíram para a consolidação e desenvolvimento da Maestros. Estamos otimistas com o plano para 2023!

2-) CONTEXTO OPERACIONAL

A Maestros atua no segmento de Terceirização e Gestão de Frotas de veículos, caminhões, máquinas agrícolas e equipamentos pesados através de contratos de longa duração. No final de 2022, a frota total da Maestros era de 3.495 veículos distribuídos em mais de 150 clientes em todo território nacional. A Maestros compra seus veículos diretamente das principais montadoras do país, contando com mix diversificado de fabricantes na sua frota. Durante o prazo dos contratos de locação, tipicamente entre 18 e 60 meses, serviços de manutenção preventiva e corretiva são prestados por 18.000 oficinas com cobertura nacional. A venda de veículos é feita através de parceria com nossa rede de mais de 1.600 lojas que nos permite fazer desativação rápida e eficiente, com baixa estrutura fixa e dentro dos parâmetros de precificação estabelecidos. Com a aquisição da Minas Real Vendas e Serviços Ltda. ("Locaroy" no final de 2018 e sua incorporação integral em 2019, foi possível diversificar geograficamente a nossa atuação comercial, inclusive para a venda de seminovos. Abrimos uma loja para vendas a varejo em Belo Horizonte com o objetivo de adicionar um canal de maior potencial de retorno. Em 2022 atingimos resultados positivos históricos pelo segundo ano consecutivo. Os bons resultados são fruto também de uma incessante busca por eficiência operacional e otimização de nossa estrutura. Cumprimos adequadamente nossos compromissos financeiros (covenants) relacionados às emissões de debêntures, bem como mantivemos a carteira de clientes saudável, sem cancelamentos ou devoluções antecipadas significativas dos contratos vigentes. Ao longo do ano, consolidamos uma base de clientes maior e mais diversificada, crescemos em veículos pesados e inauguramos uma nova linha de máquinas agrícolas, bem como em soluções de gestão completas e inovadoras. Estamos também em linha com as modernas tendências tecnológicas, com novos clientes atuando no segmento de aplicativos de mobilidade urbana, segmento de inequívolo potencial de crescimento significativo para os próximos anos. Os indicadores de resultado estão consolidados conforme demonstrado abaixo:

Demonstração de resultado
(em milhares de reais, exceto quanto indicado de outra forma)

	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida	107.843	93.145
Custos de locação e venda de veículos	(42.446)	(46.454)
Lucro bruto	65.397	46.691
Despesas operacionais	(15.366)	(12.865)
Provisão para redução ao valor recuperável e baixa de contas a receber - incobráveis	(3.819)	(3.874)
Despesas administrativas e gerais	(19.185)	(16.739)
Lucro antes das despesas financeiras líquidas e tributos	46.212	29.952
Despesas financeiras	(33.795)	(19.681)
Resultados financeiros	3.837	1.173
Resultado financeiro líquido	(29.958)	(18.508)
Lucro antes dos tributos	16.254	11.444
Imposto de renda e contribuição social corrente	(3.956)	(2.324)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.927)	(1.667)
Lucro líquido do exercício	10.371	7.453
Lucro por ação aos acionistas da Companhia durante o exercício		
Quantidade de ações (em milhares)	26.010	26.010
Lucro líquido por ação - básico (em reais)	0,3987	0,2865
Lucro líquido por ação - diluído (em reais)	0,3987	0,2865

3-) COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO

A Maestros concluiu o ano de 2022 com seu melhor desempenho histórico. Nossa operação está mais diversificada, com o aumento gradativo e consistente da participação da veículos pesados e máquinas agrícolas no mix de frota, primeiros contratos relevantes no setor agrícola (linha verde) e crescente aumento de eficiência e rentabilidade da frota de veículos leves. O lucro líquido nos últimos 12 meses atingiu patamar recorde de R\$10,371mm e o resultado antes dos impostos foi de R\$65,397mm, o que representa um aumento de 41,2% em relação ao ano anterior, além disso o melhor resultado recorde desde a fundação da Companhia. Importante ressaltar que este aumento de rentabilidade aconteceu num período em que o CDI passou de 4,42% para 12,34% no acumulado de 2021 a 2022 respectivamente. A rentabilidade sobre o Capital Investido (RoIC) atingiu patamar 14,7% com custo de financiamento após impostos de 9,5% resultando em spread final de 5,2%. A receita bruta de locação em 2022 atingiu R\$79,6mm equivalente a 6,5% de aumento em 12 meses. Como mencionado ao longo dos períodos intermediários de 2022, este crescimento poderia ter sido ainda maior caso não permanecessem os gargalos de produção das montadoras para fornecimento de frota. Esta restrição de fornecimento, que em períodos anteriores, estava relacionada à adequação da produção da indústria num cenário de pandemia, agora tem como principal vetor a escassez global de oferta de microprocessadores, que já apresentou sinais de melhoria em 2022, esperando que atinja a normalidade em 2023. A receita de venda de veículos por sua vez foi de R\$35,5mm, um crescimento de 28,1% na comparação com o ano de 2021. O preço médio do veículo vendido aumentou 30,6% em 12 meses com mudança de mix de frota para carros de patamar superior e a inflação carro do período. A venda de seminovos teve papel fundamental nos patamares recorde de 2022. A contribuição no resultado operacional (receita-custo) atingiu expressivos R\$10,6mm aumento de 34,0% em relação ao ano anterior. A margem em relação ao valor de livros foi de 14,3%, praticamente o mesmo patamar verificado em 2021 que foi de 14,5%. O EBITDA de 2022 foi de R\$57,1mm aumento de 12,3% em relação ao ano anterior com margem de 71,8% sobre a receita líquida de locação. Em 2021, a margem foi de 67,9%. Além da contribuição de seminovos mencionada no parágrafo anterior, tivemos redução dos custos operacionais (apesar do contexto inflacionário) e maior avanço operacional com a redução da estrutura fixa como porcentagem da receita de locação de 17,1% em 2021 para 14,3% em 2022. A frota total no final de dezembro atingiu R\$198,7mm, com valor de mercado FIPE de R\$289,8mm.

3-1) RECEITA DE LOCAÇÃO E VENDA DE VEÍCULOS

A receita bruta total é composta de receita de aluguel e receita de venda de veículos.

	2019	2020	2021	2022
R\$mil				
Aluguel	72.374	68.181	74.441	79.646
Venda de veículos	49.238	56.932	25.585	35.564
Total	121.612	125.113	100.026	115.210
Crescimento	2019	2020	2021	2022
Aluguel	53%	-6%	9%	7%
Venda de veículos	154%	16%	-55%	39%

A receita de aluguel de veículos em 2022 apresentou crescimento de 7% em relação ao ano anterior, atingindo R\$79,6mm. Este aumento ocorreu pela prorrogação de contratos existentes e aquisição de novos clientes. A receita de aluguel é composta por veículos leves, pesados e agro. Dentro do alinhamento estratégico de aumentar a participação de pesados no mix da frota, em 2022 o faturamento deste segmento foi de 33,0% representando aumento de 21,0% em relação ao ano anterior. O aumento de 39% na receita total de venda de veículos foi devido a evolução no preço médio de venda, representando 44% em relação ao ano anterior, sendo impactado pela venda de veículos pesados.

3-2) CUSTO DE LOCAÇÃO E VENDA DE VEÍCULOS

Custos dos veículos vendidos, totalizaram R\$24,8mm em 2022, aumento de R\$7,2mm, equivalente à 41,3%, na comparação com o 2021. Como mencionado na nota anterior, o aumento na receita no mesmo período foi de 39% evidenciando o aumento de margem na operação. Os custos diretos de locação podem ser decompostos em 3 grupos principais: Custos com depreciação atingiu R\$10,3mm em 2022, apresentando redução de 47,9% em relação ao ano anterior. Este valor equivale a uma depreciação média em 2022 de 4,3% sobre o valor do ativo (veículos) bruto, índice inferior aos 9,1% registrados no ano anterior, decorrente na valorização ocorrida nos últimos anos dos veículos. Custos de manutenção (incluindo custo com pessoal) atingiu R\$11,3mm, redução de R\$1,3mm. Em 2021 os custos de manutenção representavam 17,0% da receita de aluguel. Ao final de 2022, esse indicador passou para 14,0%, demonstrando aumento da eficiência operacional. Demais custos, líquido das recuperações, encontra-se dentro das flutuações normais do fluxo operacional.

	2022	2021	R\$ mil	%
Custos de manutenção	(24.502)	(17.539)	7.274	41,3%
Custos com depreciação	(10.314)	(10.367)	(1.661)	-18,0%
Custos com pessoal	(2.848)	(2.338)	510	21,8%
Outros custos com veículos vendidos	(817)	(1.008)	(191)	-18,9%
Recuperação de taxa de administração sobre multas	247	254	7	-2,8%
Recuperação de créditos de PIS e COFINS	4.664	4.392	(272)	6,2%
Total	(42.446)	(46.454)	(4.008)	-8,6%

3-3) LUCRO BRUTO

O Lucro Bruto atingiu R\$65,3mm aumento de 40,1% em relação ao ano anterior, consequentemente das variações de receitas e custos mencionados nos itens anteriores.

	2022	2021	R\$ mil	%
Despesas com pessoal	(9.091)	(6.783)	2.308	34,0%
Serviços de terceiros	(2.316)	(2.493)	(177)	-7,1%
Despesas com ocupação	(890)	(477)	413	86,6%
Despesas gerais	(2.106)	(1.976)	130	6,6%
Reversão para redução ao valor recuperável de contas a receber	298	1.918	1.620	-84,5%
Reversão de contas a receber - incobráveis	(4.117)	(5.792)	(1.675)	-28,9%
Despesas com depreciação e amortização	(627)	(826)	(199)	-24,1%
Despesas de comunicação	(336)	(310)	26	8,4%
Total	(19.185)	(16.739)	2.446	14,6%

3-4) DESPESAS OPERACIONAIS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

Reversão para redução ao valor recuperável de contas a receber e COFINS

	2022	2021	R\$ mil	%
Despesas com pessoal	(9.091)	(6.783)	2.308	34,0%
Serviços de terceiros	(2.316)	(2.493)	(177)	-7,1%
Despesas com ocupação	(890)	(477)	413	86,6%
Despesas gerais	(2.106)	(1.976)	130	6,6%
Reversão para redução ao valor recuperável de contas a receber	298	1.918	1.620	-84,5%
Reversão de contas a receber - incobráveis	(4.117)	(5.792)	(1.675)	-28,9%
Despesas com depreciação e amortização	(627)	(826)	(199)	-24,1%
Despesas de comunicação	(336)	(310)	26	8,4%
Total	(19.185)	(16.739)	2.446	14,6%

BALANÇO PATRIMONIAL - 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2021	
		2022	2021	2022	2021
Circulante		44.469	49.601		
Caixa e equivalente de caixa	4	20.473	22.590		
Aplicações financeiras	5	-	9.767		
Contas a receber de clientes	6	12.730	13.829		
Veículos em desativação para renovação da frota	7	9.779	1.459		
Tributos a recuperar		35	371		
IRPJ e CSLL a recuperar		15	37		
Despesas antecipadas	8	518	1.031		
Outras contas a receber		775	554		
Não circulante		210.690	223.027		
Realizável a longo prazo		14.503	17.433		
Aplicações financeiras	5	1.216	4.867		
Contas a receber de clientes	6	3.052	-		
Depósitos judiciais	17	13	70		
Despesas antecipadas	8	247	697		
Imposto de renda e contribuição social diferido	9.b	9.871	11.799		
Outras contas a receber		104	-		
Imobilizado	10	189.140	198.818		
Intangível	11	6.520	6.601		
Direito de Uso		527	177		
Total do ativo		255.159	272.028		

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)

	Reserva de Lucros				
	Dividendo	Reser-	Reten-	Lucros	
Capital	va	distri-	Prejuí-	Patrí-	
	social	buídos	mulados	mônio	
				líquido	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	51.735	660	3.136	-(4.803)	50.728
Lucro líquido do exercício	-	-	-	7.453	7.453
Reserva legal	- 133	-	-	(133)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(629)	-
Dividendos não distribuídos	-	-	-	1.888	(1.888)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	51.735	793	5.653	-	58.181
Lucro líquido do exercício	-	-	-	10.371	10.371
Reserva legal	- 519	-	-	(519)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(2.463)	(2.463)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	7.389	(7.389)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	51.735	1.312	5.653	7.389	66.089

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

1. Contexto operacional: A Maestros Locadora de Veículos S.A. ("Maestros" ou "Companhia") é uma sociedade anônima brasileira, de capital aberto, sem ações negociadas em bolsa. Adicionalmente, a Companhia está listada desde 2015 na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão no segmento de governança corporativa Bovespa Mais, nesta modalidade a Companhia possui prazo para realização de oferta de ações de até 7 anos, prorrogados por 3, por mais 18 (dezoito) meses, conforme Fato Relevante divulgado em 30 de junho de 2022. A Companhia foi constituída em 5 de abril de 2007, com escritório administrativo localizado na Avenida Queiroz Filho, 1560, Vila Hamburguesa, São Paulo, Estado de São Paulo e sede na Rua Paulo da Vele, 356 - Salão 3 Fundos, Vila Cercado Grande, Embu das Artes, no Estado de São Paulo. A Companhia atua em todo território nacional no segmento de locação de veículos de longa duração, sem motorista, provendo serviços de terceirização de frotas. Os veículos são comprados junto às principais montadoras do país, permanecendo em utilização por um prazo total de 36 a 60 meses e são

Relatório da Administração

sendo composta por 3.495 veículos, posição praticamente estável com redução de 0,6% (balanço) e aumento de 0,3% (FIPE) desde o início do ano. De acordo com a estratégia de rentabilização do ativo e diversificação da base de negócios, continuamos consistentemente aumentando a participação de caminhões (pesados) na frota total. Em 2022, a receita de locação anual de pesados representou 33,0% da receita bruta de locação total com 27,3% da frota monetária e 9,0% do número de veículos. Nos últimos meses de 2022 iniciamos uma nova estratégia de diversificação com o fechamento dos primeiros contratos para o setor agrícola ("linha verde"). Em dezembro o saldo do ativo em linha verde era de R\$11,5mm. O endividamento líquido total atingiu R\$148,5mm redução de 2,6% (R\$3,9mm) na comparação com o fechamento de 2021. Esta redução está diretamente relacionada ao capex, conforme explicado na variação da frota e a geração de caixa da operação. A Maestros concluiu demonstrando que os fundamentos de gestão do negócio são sólidos. Mesmo com os desafios macroeconômicos, como o importante aumento da taxa de juros no período, gargalos logísticos e baixo crescimento econômico, conseguimos rentabilizar a níveis recorde de ativo ao longo do último ano. A contínua melhoria operacional e diluição de custos fixos também têm refletido de forma inequívoca no crescimento das margens e rentabilidade. Acreditamos que as ações que nos trouxeram a este patamar recorde de resultados em 2022, constituíram alicerces importantes na evolução contínua de nosso negócio para o horizonte previsível.

Demonstração do resultado
(em milhares de reais, exceto %)

	2022	AV %	2021	AV %	2022 X 2021	%
Receita líquida	107.843	100%	93.145	100%	14.698	16%
Bruta de locação	79.646	74%	74.441	80%	5.205	7%
(-) impostos sobre receita de locação	(7.367)	7%	(6.881)	7%	(486)	7%
Venda de veículos	35.564	33%	25.585	27%	9.979	39%
Custos de locação e venda de veículos	(42.446)	39%	(46.454)	50%	4.008	-9%
Lucro bruto	65.397	61%	46.691	50%	18.706	40,1%
Administrativas e gerais	(19.185)	18%	(16.739)	18%	(2.446)	15%
Despesas operacionais	(19.185)	18%	(16.739)	18%	(2.446)	15%
Lucro antes das despesas financeiras líquidas e tributos	46.212	43%	29.952	32%	16.260	54%
Despesas financeiras	(33.795)	31%	(19.681)	21%	(14.114)	72%
Resultados financeiros	3.837	4%	1.173	1%	2.664	22%
Resultado financeiro líquido	(29.958)	28%	(18.508)	20%	(11.450)	62%
Lucro antes dos tributos	16.254	15%	11.444	12%	4.810	42%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.883)	-5%	(3.991)	-4%	(1.892)	47%
Lucro líquido do exercício	10.371	10%	7.453	9%	2.918	39%

3-1) RECEITA DE LOCAÇÃO E VENDA DE VEÍCULOS

A receita bruta total é composta de receita de aluguel e receita de venda de veículos.

	2019	2020	2021	2022
R\$mil				
Aluguel	72.374	68.181	74.441	79.646
Venda de veículos	49.238	56.932	25.585	35.564
Total	121.612	125.113	100.026	115.210
Crescimento	2019	2020	2021	2022
Aluguel	53%	-6%	9%	7%
Venda de veículos	154%	16%	-55%	39%

A receita de aluguel de veículos em 2022 apresentou crescimento de 7% em relação ao ano anterior, atingindo R\$79,6mm. Este aumento ocorreu pela prorrogação de contratos existentes e aquisição de novos clientes. A receita de aluguel é composta por veículos leves, pesados e agro. Dentro do alinhamento estratégico de aumentar a participação de pesados no mix da frota, em 2022 o faturamento deste segmento foi de 33,0% representando aumento de 21,0% em relação ao ano anterior. O aumento de 39% na receita total de venda de veículos foi devido a evolução no preço médio de venda, representando 44% em relação ao ano anterior, sendo impactado pela venda de veículos pesados.

3-2) CUSTO DE LOCAÇÃO E VENDA DE VEÍCULOS

Custos dos veículos vendidos, totalizaram R\$24,8mm em 2022, aumento de R\$7,2mm, equivalente à 41,3%, na comparação com o 2021. Como mencionado na nota anterior, o aumento na receita

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DA MAESTRO LOCADORA DE VEÍCULOS S.A. | CNPJ nº 08.795.211/0001-70

estimativas: As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota 06 - Contas a receber de clientes - mensuração da perda de crédito esperada para o contábil a ser utilizado; • Nota 07 - Veículos em desativação para renovação da frota - mensuração do valor realizável líquido; • Nota 09 - Imposto de renda e contribuição social diferidos - reconhecimento de ativos fiscais diferidos; disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados; • Nota 10 - Imobilizado - determinação do valor residual dos veículos operacionais e da vida útil dos ativos; • Nota 11 - Valor recuperável de ágio e outros ativos intangíveis - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio; principais premissas em relação aos valores recuperáveis; • Nota 17 - Provisão para contingência - reconhecimento e mensuração de provisões para contingências; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. b) Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Os instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; 2.2. Principais políticas contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. a) Caixa e equivalentes de caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. b) Aplicações financeiras de uso restrito: Aplicações financeiras de uso restrito referem-se a certificações de depósito de banco, que refletem as condições usuais de mercado, e na data do balanço patrimonial, não possuem liquidez imediata e não possuem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros, e mensuradas ao valor justo em contrapartida do resultado. Essas aplicações financeiras são garantidoras de empréstimos bancários da Companhia. c) Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial: O contábil a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contábil a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação são reconhecidos somente se a aquisição ou emissão. Um contábil a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros: Não reconhecido inicial, um ativo é classificado como mensurado ao custo amortizado ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • E mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais, e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são recebidos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. Não reconhecido inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descausamento contábil que de outra forma surgiria. Avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. Esta avaliação inclui: • As políticas e objetivos estipuladas para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas; • As despesas da carteira que são avaliadas e reportadas à Administração; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos associados de empréstimos de longo prazo. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. Receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Ativos financeiros a VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Passivos financeiros - classificação e mensuração subsequente: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Desreconhecimento: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. Quando a transferência de um passivo financeiro em uma obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira, a Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. d) Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros - não derivativos: A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas em seus balanços: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante líquido à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e • Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com conta a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito para a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma) ou o ativo financeiro estiver vencido há mais de 181 dias. As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as esperadas com créditos que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são as que resultam de possíveis eventos de inadimplência que possam ocorrer até esse prazo. Mensuração das perdas de crédito esperadas: As perdas de crédito esperadas são estimadas com base em uma probabilidade, são mensuradas a valor presente com base em todas as insuflâncias de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos a receber e a pagar) e são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. Ativos financeiros com problemas de recuperação: Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui problemas de recuperação quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do devedor; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 181 dias; • Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A reorganização de um ativo em uma entidade que não é o mesmo tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado de um ativo para o qual a causa de dificuldades financeiras. Baixa: O valor contábil trocado de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial: A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado. e) Veículos em desativação para renovação da frota: A frota de veículos é renovada após sua vida útil-econômica, que compreende completamente o exercício em que a frota está utilizada a terceiros. Após este exercício os veículos cessam sua utilização e passam a ser vendidos para venda a título de acessório à sua operação. Estes são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, conforme requerido pelo CPC 16 - Estoque. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios. Sua precificação estimada de venda utiliza como base os preços de referência do mercado, as características históricas de comercialização da Companhia, bem como o uso e aplicação da frota objeto da precificação. A desativação do ativo imobilizado ocorre em decorrência da necessidade de renovação da frota ao término do exercício de utilização da frota nas atividades de aluguel. f) Imobilizado: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, constituídas quando necessário. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo, incluindo partes de um item do imobilizado que são necessários para que o ativo seja colocado em operação (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Depreciação: A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual (valor estimado que a Companhia obterá com a venda do ativo, após deduzir as despesas estimadas de venda, caso o ativo já tivesse a idade e a condição esperada para o fim de sua vida útil). A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear

com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo exercício que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as vidas úteis, a não ser que o custo amortizado de um ativo seja maior que o custo residual estimado no final do prazo do arrendamento. As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado são aproximadamente:

	31/12/2022	31/12/2021
Veículos (leves/pesados)	3 - 5 anos	3 - 5 anos
Equipamentos de informática e telefonia	5 - 10 anos	5 - 10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos	10 anos
Benefetórias	10 anos	10 anos
Acessórios	3 - 5 anos	3 - 5 anos
Implementos	3 - 5 anos	3 - 5 anos

Em relação aos veículos operacionais da Companhia, a depreciação é mensurada pela diferença entre o custo e o valor residual líquido, estimado ao final do prazo do arrendamento de venda no curso normal dos negócios. Sua precificação estimada de venda utiliza como base os preços de referência do mercado, as características históricas de comercialização da Companhia, bem como o uso e aplicação da frota objeto da precificação. g) Arrendamentos: A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Companhia como arrendatária: A Companhia aplica uma opção abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de usar o ativo subjacente: Ativo de direito de uso: A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo: • Imóvel: 3 a 4 anos; • Equipamentos de TI: 3 a 5 anos. Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. De acordo com o CPC 06 (R2) - Arrendamentos, o custo de um ativo de direito de uso também contempla uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, salvo se que esses custos forem incorridos para produzir estoques. O arrendatário incorre na obrigação por esses custos, seja na data de início ou como consequência de ter usado o ativo subjacente durante um período específico. Os contratos de arrendamento da Companhia não incluem uma opção de rescisão do arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é mensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança no prazo de entrega de caixa ou iv) para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de um opção de compra do ativo subjacente. h) Outros ativos e passivos: Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorre nos próximos 12 meses, caso contrário, são demonstrados como não circulantes. i) Redução ao valor recuperável: Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia que seguem o pronunciamento CPC 01 (R1) são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa (UGC) exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quando ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que não em grande parte independente dos outros ativos de caixa e outros ativos ou grupos de ativos da unidade geradora de caixa ou UGC). Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Em 2022 e 2021, não foram registrados ajustes dessa natureza. j) Provisões: Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso, em caso contrário, em caráter de crédito. O teste de existência ou não uma obrigação presente, presume-se que um evento passado dá origem a uma obrigação presente se, levando em consideração toda a evidência disponível, é mais provável que sim do que não que existe uma obrigação presente na data do balanço. k) Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. l) Recolhas: Locação de veículos: A recolta de locação de bens (veículos) é medida pelo valor justo recebido a receber. As recoltas de locação de frota em operação são reconhecidas em bases mensais pelo exercício do contrato de aluguel. Venda de veículos: A recolta líquida operacional da venda de bens (veículos), atividade acessória e complementar da atividade de locação de veículos é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A recolta operacional é reconhecida quando o controle dos bens é transferido para o cliente por um valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca de seus bens. Recolhas e despesas financeiras: As recoltas financeiras abrangem recoltas de juros sobre fundos investidos e juros de mora incidentes sobre valores recebíveis. A recolta de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. m) Imposto de renda e contribuição social: A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no exercício de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao prejuízo contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de despesas temporariamente não dedutíveis são reconhecidas no resultado. Os ganhos e perdas tributários diferidos são reconhecidos em outros ativos e passivos passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e/ou base negativa da contribuição social são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos no balanço patrimonial se a relação entre os ativos e passivos fiscais diferidos e os ativos e passivos fiscais diferidos não é clara se existe ou não uma obrigação presente, presume-se que um evento passado dá origem a uma obrigação presente se, levando em consideração toda a evidência disponível, é mais provável que sim do que não que existe uma obrigação presente na data do balanço. k) Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. l) Recolhas: Locação de veículos: A recolta de locação de bens (veículos) é medida pelo valor justo recebido a receber. As recoltas de locação de frota em operação são reconhecidas em bases mensais pelo exercício do contrato de aluguel. Venda de veículos: A recolta líquida operacional da venda de bens (veículos), atividade acessória e complementar da atividade de locação de veículos é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A recolta operacional é reconhecida quando o controle dos bens é transferido para o cliente por um valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca de seus bens. Recolhas e despesas financeiras: As recoltas financeiras abrangem recoltas de juros sobre fundos investidos e juros de mora incidentes sobre valores recebíveis. A recolta de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. m) Imposto de renda e contribuição social: A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no exercício de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao prejuízo contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de despesas temporariamente não dedutíveis são reconhecidas no resultado. Os ganhos e perdas tributários diferidos são reconhecidos em outros ativos e passivos passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e/ou base negativa da contribuição social são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos no balanço patrimonial se a relação entre os ativos e passivos fiscais diferidos e os ativos e passivos fiscais diferidos não é clara se existe ou não uma obrigação presente, presume-se que um evento passado dá origem a uma obrigação presente se, levando em consideração toda a evidência disponível, é mais provável que sim do que não que existe uma obrigação presente na data do balanço. k) Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. l) Recolhas: Locação de veículos: A recolta de locação de bens (veículos) é medida pelo valor justo recebido a receber. As recoltas de locação de frota em operação são reconhecidas em bases mensais pelo exercício do contrato de aluguel. Venda de veículos: A recolta líquida operacional da venda de bens (veículos), atividade acessória e complementar da atividade de locação de veículos é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A recolta operacional é reconhecida quando o controle dos bens é transferido para o cliente por um valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca de seus bens. Recolhas e despesas financeiras: As recoltas financeiras abrangem recoltas de juros sobre fundos investidos e juros de mora incidentes sobre valores recebíveis. A recolta de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. m) Imposto de renda e contribuição social: A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no exercício de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao prejuízo contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de despesas temporariamente não dedutíveis são reconhecidas no resultado. Os ganhos e perdas tributários diferidos são reconhecidos em outros ativos e passivos passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e/ou base negativa da contribuição social são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos no balanço patrimonial se a relação entre os ativos e passivos fiscais diferidos e os ativos e passivos fiscais diferidos não é clara se existe ou não uma obrigação presente, presume-se que um evento passado dá origem a uma obrigação presente se, levando em consideração toda a evidência disponível, é mais provável que sim do que não que existe uma obrigação presente na data do balanço. k) Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. l) Recolhas: Locação de veículos: A recolta de locação de bens (veículos) é medida pelo valor justo recebido a receber. As recoltas de locação de frota em operação são reconhecidas em bases mensais pelo exercício do contrato de aluguel. Venda de veículos: A recolta líquida operacional da venda de bens (veículos), atividade acessória e complementar da atividade de locação de veículos é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A recolta operacional é reconhecida quando o controle dos bens é transferido para o cliente por um valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca de seus bens. Recolhas e despesas financeiras: As recoltas financeiras abrangem recoltas de juros sobre fundos investidos e juros de mora incidentes sobre valores recebíveis. A recolta de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. m) Imposto de renda e contribuição social: A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no exercício de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao prejuízo contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de despesas temporariamente não dedutíveis são reconhecidas no resultado. Os ganhos e perdas tributários diferidos são reconhecidos em outros ativos e passivos passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e/ou base negativa da contribuição social são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos no balanço patrimonial se a relação entre os ativos e passivos fiscais diferidos e os ativos e passivos fiscais diferidos não é clara se existe ou não uma obrigação presente, presume-se que um evento passado dá origem a uma obrigação presente se, levando em consideração toda a evidência disponível, é mais provável que sim do que não que existe uma obrigação presente na data do balanço. k) Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. l) Recolhas: Locação de veículos: A recolta de locação de bens (veículos) é medida pelo valor justo recebido a receber. As recoltas de locação de frota em operação são reconhecidas em bases mensais pelo exercício do contrato de aluguel. Venda de veículos: A recolta líquida operacional da venda de bens (veículos), atividade acessória e complementar da atividade de locação de veículos é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A recolta operacional é reconhecida quando o controle dos bens é transferido para o cliente por um valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca de seus bens. Recolhas e despesas financeiras: As recoltas financeiras abrangem recoltas de juros sobre fundos investidos e juros de mora incidentes sobre valores recebíveis. A recolta de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. m) Imposto de renda e contribuição social: A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no exercício de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao prejuízo contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de despesas temporariamente não dedutíveis são reconhecidas no resultado. Os ganhos e perdas tributários diferidos são reconhecidos em outros ativos e passivos passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e/ou base negativa da contribuição social são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos no balanço patrimonial se a relação entre os ativos e passivos fiscais diferidos e os ativos e passivos fiscais diferidos não é clara se existe ou não uma obrigação presente, presume-se que um evento passado dá origem a uma obrigação presente se, levando em consideração toda a evidência disponível, é mais provável que sim do que não que existe uma obrigação presente na data do balanço. k) Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. l) Recolhas: Locação de veículos: A recolta de locação de bens (veículos) é medida pelo valor justo recebido a receber. As recoltas de locação de frota em operação são reconhecidas em bases mensais pelo exercício do contrato de aluguel. Venda de veículos: A recolta líquida operacional da venda de bens (veículos), atividade acessória e complementar da atividade de locação de veículos é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A recolta operacional é reconhecida quando o controle dos bens é transferido para o cliente por um valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca de seus bens. Recolhas e despesas financeiras: As recoltas financeiras abrangem recoltas de juros sobre fundos investidos e juros de mora incidentes sobre valores recebíveis. A recolta de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. m) Imposto de renda e contribuição social: A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no exercício de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao prejuízo contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de despesas temporariamente não dedutíveis são reconhecidas no resultado. Os ganhos e perdas tributários diferidos são reconhecidos em outros ativos e passivos passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e/ou base negativa da contribuição social são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos no balanço patrimonial se a relação entre os ativos e passivos fiscais diferidos e os ativos e passivos fiscais diferidos não é clara se existe ou não uma obrigação presente, presume-se que um evento passado dá origem a uma obrigação presente se, levando em consideração toda a evidência disponível, é mais provável que sim do que não que existe uma obrigação presente na data do balanço. k) Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. l) Recolhas: Locação de veículos: A recolta de locação de bens (veículos) é medida pelo valor justo recebido a receber. As recoltas de locação de frota em operação são reconhecidas em bases mensais pelo exercício do contrato de aluguel. Venda de veículos: A recolta líquida operacional da venda de bens (veículos), atividade acessória e complementar da atividade de locação de veículos é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A recolta operacional é reconhecida quando o controle dos bens é transferido para o cliente por um valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca de seus bens. Recolhas e despesas financeiras: As recoltas financeiras abrangem recoltas de juros sobre fundos investidos e juros de mora incidentes sobre valores recebíveis. A recolta de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. m) Imposto de renda e contribuição social: A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no exercício de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao prejuízo contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de despesas temporariamente não dedutíveis são reconhecidas no resultado. Os ganhos e perdas tributários diferidos são reconhecidos em outros ativos e passivos passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e/ou base negativa da contribuição social são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos no balanço patrimonial se a relação entre os ativos e passivos fiscais diferidos e os ativos e passivos fiscais diferidos não é clara se existe ou não uma obrigação presente, presume-se que um evento passado dá origem a uma obrigação presente se, levando em consideração toda a evidência disponível, é mais provável que sim do que não que existe uma obrigação presente na data do balanço. k) Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. l) Recolhas: Locação de veículos: A recolta de locação de bens (veículos) é medida pelo valor justo recebido a receber. As recoltas de locação de frota em operação são reconhecidas em bases mensais pelo exercício do contrato de aluguel. Venda de veículos: A recolta líquida operacional da venda de bens (veículos), atividade acessória e complementar da atividade de locação de veículos é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A recolta operacional é reconhecida quando o controle dos bens é transferido para o cliente por um valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca de seus bens. Recolhas e despesas financeiras: As recoltas financeiras abrangem recoltas de juros sobre fundos investidos e juros de mora incidentes sobre valores recebíveis. A recolta de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. m) Imposto de renda e contribuição social: A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no exercício de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao prejuízo contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de despesas temporariamente não dedutíveis são reconhecidas no resultado. Os ganhos e perdas tributários diferidos são reconhecidos em outros ativos e passivos passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e/ou base negativa da contribuição social são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos no balanço patrimonial se a relação entre os ativos e passivos fiscais diferidos e os ativos e passivos fiscais diferidos não é clara se existe ou não uma obrigação presente, presume-se que um evento passado dá origem a uma obrigação presente se, levando em consideração toda a evidência disponível, é mais provável que sim do que não que existe uma obrigação presente na data do balanço. k) Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. l) Recolhas: Locação de veículos: A recolta de locação de bens (veículos) é medida pelo valor justo recebido a receber. As recoltas de locação de frota em operação são reconhecidas em bases mensais pelo exercício do contrato de aluguel. Venda de veículos: A recolta líquida operacional da venda de bens (veículos), atividade acessória e complementar da atividade de locação de veículos é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A recolta operacional é reconhecida quando o controle dos bens é transferido para o cliente por um valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca de seus bens. Recolhas e despesas financeiras: As recoltas financeiras abrangem recoltas de juros sobre fundos investidos e juros de mora incidentes sobre valores recebíveis. A recolta de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. m) Imposto de renda e contribuição social: A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no exercício de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao prejuízo contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de despesas temporariamente não dedutíveis são reconhecidas no resultado. Os ganhos e perdas tributários diferidos são reconhecidos em outros ativos e passivos passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e/ou base negativa da contribuição social são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DA MAESTRO LOCADORA DE VEÍCULOS S.A. | CNPJ nº 08.795.211/0001-70

13. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Moeda	Taxa mês (%)		Ano de vencimento		31/12/2022		
		Mínimo	Máximo	Circulante	Circulante	Não Circulante	Total	%
Giro (Pré)	R\$	0,92 a.m.	1,41 a.m.	30/11/2025	24.058	16.028	40.086	63,0%
Giro (Pós)	R\$	0,34 a.m. + CDI	0,47 a.m. + CDI	31/07/2024	17.065	5.385	22.450	35,3%
Finame	R\$	0,72 a.m. + Selic	-	31/12/2025	569	803	1.372	2,2%
(-) Custo de transação¹					(147)	(106)	(253)	-0,4%
					41.454	22.110	63.565	

¹Gastos com empréstimos os quais são amortizados pelo prazo de vigência da dívida.

Modalidade	Moeda	Taxa mês (%)		Ano de vencimento		31/12/2021		
		Mínimo	Máximo	Circulante	Circulante	Não Circulante	Total	%
Giro (Pré)	R\$	0,92 a.m.	1,41 a.m.	30/11/2025	21.706	30.110	51.816	81,4%
Giro (Pós)	R\$	0,34 a.m. + CDI	0,47 a.m. + CDI	31/07/2024	49.792	17.356	67.148	105,5%
Arrendamento financeiro (Pré)	R\$	1,33 a.m.	1,33 a.m.	30/11/2022	170	-	170	0,3%
Finame	R\$	0,72 a.m. + Selic	-	31/12/2025	340	1.225	1.565	2,5%
					72.008	48.691	120.699	

a) **Garantias:** Os empréstimos e financiamentos são garantidos pela composição de veículos, conforme nota 10(b) e/ou recebíveis em algumas operações de capital de giro. O cumprimento dos índices e limites financeiros dos respectivos empréstimos e financiamentos vem sendo atendidos, assim como as cláusulas restritivas não financeiras.

14. Debêntures a pagar

Modalidade	Moeda	Taxa mês (%)		Ano de vencimento		31/12/2022		
		Mínimo	Máximo	Circulante	Circulante	Não Circulante	Total	%
4ª Emissão de debêntures	R\$	15.147	(497)	14.650	13.886	(414)	13.472	81,4%
5ª Emissão de debêntures	R\$	18.516	(591)	17.925	62.280	(1.774)	60.506	78,431
		33.663	(1.088)	32.575	76.166	(2.188)	73.978	106.553

¹Gastos com a emissão das debêntures os quais são amortizados pelo prazo de vigência da dívida.

Modalidade	Moeda	Taxa mês (%)		Ano de vencimento		31/12/2021		
		Mínimo	Máximo	Circulante	Circulante	Não Circulante	Total	%
2ª Emissão de debêntures	R\$	8.400	(456)	7.944	-	-	7.944	-
3ª Emissão de debêntures	R\$	19.160	(650)	18.510	-	(62)	18.448	-
4ª Emissão de debêntures	R\$	15.454	(497)	14.957	28.620	(911)	27.709	42,666
		43.014	(1.603)	41.411	28.620	(973)	27.647	69,058

¹Gastos com a emissão das debêntures os quais são amortizados pelo prazo de vigência da dívida.

A 2ª e 3ª emissões de debêntures foram liquidadas em 10 de maio de 2022 e 10 de novembro de 2022, respectivamente. 4ª Emissão de debêntures: A Companhia assinou em 23 de outubro de 2019, Escritura para distribuição pública no mercado nacional, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, da quarta emissão de debêntures no valor de R\$60.000. As debêntures terão remuneração CDI+5,0% ao ano e serão amortizadas mensalmente, com carência de 12 meses, com vencimento final em novembro de 2024. As debêntures são garantidas pela alienação fiduciária de veículos e cessão de contratos com clientes. Os recursos se destinarão a: (i) liquidação antecipada de contrato de empréstimo internacional e contratos de arrendamento mercantil (leasing) e (ii) reforço de caixa da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo a pagar da 4ª emissão é de R\$28.122 (R\$42.666 em 31 de dezembro de 2021). 5ª Emissão de debêntures: A Companhia captou em 10 de janeiro de 2022 o montante de R\$80.000, através da emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, sendo todas com valor unitário de R\$1, de acordo com os termos descritos em instrumento particular de escritura da 5ª emissão de debêntures entre a Companhia, como emissora, e a Pentágono S.A. DTMV, como agente fiduciário, sendo liberado R\$50.000 em 28 de janeiro de 2022 e R\$30.000 liberado em 18 de maio de 2022. O prazo total da emissão é 5 anos com carência de 12 meses do principal, com vencimento final em 10 de janeiro de 2027 e está sujeito a atualização com base na CDI, expressos na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescido de juros de 3,9% ao ano. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo a pagar da 5ª emissão é de R\$78.431. A 4ª emissão de debêntures é garantida pela composição de veículos e a 5ª emissão de debêntures é garantida pelos veículos juntamente com as aplicações financeiras, conforme notas 10(b) e 5, respectivamente. O cumprimento dos índices e limites financeiros das respectivas debêntures vem sendo atendidos, assim como as cláusulas restritivas não financeiras.

15. IRPJ e CSLL a pagar e obrigações tributárias

	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ e CSLL	32	-
Parcelamento (IRCS 2020)	324	-
Total circulante	356	-
Parcelamento (IRCS 2020)	755	-
Parcelamento IRPJ a pagar	579	-
Total não circulante	1.334	-

16. Adiantamentos de clientes

	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento de clientes	5.526	1.228
Adiantamento de venda programada	3.966	3.098
	9.492	4.326

17. Provisão para contingências

	31/12/2022	31/12/2021
PIS a pagar	59	47
COFINS a Pagar	276	217
ISS a pagar	2	6
IRRF (Funcionários, Terceiros e Aluguel)	109	72
PIS/COFINS/CSLL retidos na fonte	7	18
Outros impostos	2	8
Outros parcelamentos a pagar	21	27
Parcelamento (IRCS 2020)	-	1.404
Parcelamento IRPJ a pagar	-	579
Total circulante	476	2.378

18. Patrimônio líquido

	31/12/2022	31/12/2021
a) Capital social: O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é constituído de 26.009.820 ações ordinárias, representando o capital social de R\$51.735. As ações não possuem valor nominal, e os titulares têm direito a um voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela no capital social. A composição acionária da Companhia é a seguinte:		
Acionistas	%	Quantidade de ações integralizado
Stratus SCP FLEET FIP-M	45%	11.710.305
Stratus SCP Brasil FIP	31%	8.116.785
Lewko Participações e Administração Ltda.	2%	444.435
Stratus Investimentos Ltda.	1%	183.735
Fábio, Alan e Natalie Lewkowicz	21%	5.554.560
	100%	26.009.820
b) Reserva de lucros:		
Reserva Legal	1.312	793
Dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos	3.765	3.765
Exercício 2016	3.045	3.045
Exercício 2017	91	91
Exercício 2021	629	629
Dividendos não distribuídos	1.888	1.888
Reserva de retenção de lucros	7.389	-
	14.354	6.446
c) Reserva de lucros: Reserva legal: A Lei das Sociedades por Ações, bem como o Estatuto Social da Companhia, estabelece que 5% do lucro líquido será destinado para a constituição de reserva legal, desde que não exceda 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social e poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo do exercício, não haverá constituição da reserva legal. Dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos: A Companhia possui emissões de Debêntures em curso cujas obrigações determinam a não distribuição de dividendos, inclusive o mínimo obrigatório enquanto as referidas emissões não forem liquidadas. Desta forma não foi possível realizar as respectivas distribuições no montante acumulado de R\$3.765. Este saldo acumulado será apresentado na Assembleia Geral de Acionistas para proposta de capitalização de capital. Reserva para retenção de lucros: o saldo remanescente do lucro líquido poderá ser retido com base em um orçamento de capital, conforme aprovação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas. c) Distribuição de dividendos: O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de dividendo anual mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da Lei, ressalvada as hipóteses previstas no acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia. O Estatuto permite, ainda, distribuições de dividendos intercalares e intermediários, podendo ser descontados do dividendo obrigatório anual.		
Lucro líquido do exercício	10.371	7.453
(-) Compensação de prejuízo exercícios anteriores	-	(4.803)
Lucro base reserva legal	10.371	2.650
(-) Reserva legal - 5%	(519)	(133)
Base de cálculo dos dividendos	9.852	2.518
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	2.463	629

19. Lucro por ação

	31/12/2022	31/12/2021
Numerador		
Lucro líquido do período	10.371	7.453
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação (em milhares)	26.010	26.010
Lucro básico e diluído por ação ordinária (R\$)	0,3987	0,2865

DIRETORIA

Carlos Miguel de Oliveira Martins Borges Alves
Diretor de Relações com Investidores e Diretor Administrativo Financeiro

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração: Pelo presente instrumento, os diretores da Maestro Locadora de Veículos S.A. abaixo designados ("Companhia") declaram que: Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 24 de março de 2023

Fabio Lewkowicz
Diretor Presidente e Diretor Comercial e Marketing

Carlos Miguel de Oliveira Martins Borges Alves
Diretor de Relações com Investidores e Diretor Administrativo Financeiro

Monica Jorgino Marcondes
Diretora Superintendente

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As acionistas, Conselheiros e Diretores da Maestro Locadora de Veículos S.A. São Paulo - SP Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Maestro Locadora de Veículos S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Maestro Locadora de Veículos S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos -** Veja a Nota 2.2(m) e 9 das demonstrações financeiras. **Principais assuntos de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tem reconhecido em suas demonstrações financeiras imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social. Tais saldos devem ser reconhecidos na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuro contra os quais as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais acumulados e a base negativa da contribuição social possam ser utilizados. As estimativas dos lucros tributáveis futuros são preparadas pela Companhia fundamentadas em estudo técnico de viabilidade que contemplam premissas relacionadas ao crescimento da receita que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além das premissas de crescimento da Companhia. Consideramos este assunto como significativo para a nossa auditoria, devido às incertezas relacionadas a aplicação do método e da seleção das premissas utilizadas para estimar os lucros tributáveis futuros que possuem risco significativo de resultar em ajustes materiais nos saldos das demonstrações financeiras. **Como auditoria endoreceu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: (i) Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas da razoabilidade e consistência das principais premissas

20. Receita líquida

	31/12/2022	31/12/2021
Locação de veículos	79.646	74.441
Venda de veículos	35.564	25.585
	115.210	100.026
Impostos sobre serviços e vendas	(7.367)	(6.881)
	107.843	93.145

21. Custo de locação e venda de veículos

	31/12/2022	31/12/2021
Custos de manutenção	(8.506)	(10.367)
Custos com depreciação	(10.314)	(19.789)
Custos dos veículos vendidos	(24.872)	(17.598)
Outros custos com veículos vendidos	(817)	(1.008)
Custos com pessoal	(2.848)	(2.338)
Recuperação de taxa de administração sobre multas	247	254
Recuperação de créditos de PIS e COFINS¹	4.664	4.392
	(42.446)	(46.454)

22. Despesas operacionais líquidas

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas com pessoal	(9.091)	(6.783)
Serviços de terceiros	(2.316)	(2.151)
Despesas com ocupação	(890)	(477)
Despesas gerais	(2.106)	(1.976)
Despesas com depreciação e amortização	(627)	(826)
Despesa com comunicação	(335)	(310)
Despesa com IPO	-	(342)
	(15.365)	(12.865)
Provisão/reversão para redução ao valor recuperável de contas a receber	(2.660)	1.918
Baixa de contas a receber - incobráveis	(1.160)	(5.792)
	(3.820)	(3.874)
	(19.185)	(16.739)

b) **Risco de liquidez:** A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros não derivativos, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	31/12/2022		31/12/2021	
	Até 1 ano	De 2 a 5 anos	Saldo contábil	Fluxo de caixa contratual
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	41.545	22.110	63.655	72.939
Debêntures	32.575	73.978	106.553	143.036
Fornecedores	1.699	-	1.699	-
Outras contas a pagar	1.431	-	1.431	-
Passivo de arrendamento	200	30	230	-
	77.450	96.118	173.568	215.975

c) **Valor justo dos instrumentos financeiros:** Os valores contábeis e valores justos estimados para empréstimos, financiamentos, debêntures e aplicações financeiras são calculados a partir de modelos que utilizam dados observáveis e suposições futuras relacionadas às taxas de juros pré e pós-fixadas, entre outras variáveis aplicáveis. As taxas usadas são obtidas junto às instituições financeiras para operações com condições similares ou com base em informações geradas pelo mercado, quando disponíveis. A análise da razoabilidade dos cálculos apresentados por essas instituições financeiras é efetuada pela Companhia por meio da comparação com cálculos similares efetuados por outras partes para o mesmo período aplicável. Os valores justos são calculados projetando-se os fluxos futuros das operações com base na projeção das curvas de taxa de juros, trazidos a valor presente utilizando os dados indicativos de preços e taxas de referência disponíveis no mercado ou taxa com base nas condições do pagamento de prêmio na ocorrência de rescate antecipado facultativo estabelecido na escritura de debêntures de cada emissão. Além disso, para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta (por exemplo, preços) ou indiretamente (por exemplo, dados baseados nos preços), exceto preços cotados incluídos no Nível 1; e • Nível 3: informações para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece que não há instrumentos financeiros mensurados a valor justo nos Níveis 1 e 3 de hierarquia. A Administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. A tabela a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Contas a receber de clientes (nota 6)	15.782	15.782	13.829	13.829
Outras contas a receber	879	879	554	554
Ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	20.473	20.473	22.590	22.590
Aplicações financeiras (nota 5)	1.216	1.216	14.634	14.634
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos (nota 13)	63.655	63.655	120.699	120.699
Debêntures (nota 14)	106.553	106.553	69.058	69.058
c) Riscos de taxa de juros: A Companhia não tem em seu endividamento de 31 de dezembro de 2022 operações de swap ou qualquer outro derivativo contratado. Aumentos de taxas de juros são atenuados pelos reajustes anuais pela inflação (na maioria dos casos pelo IGP-M) que incidem sobre os contratos de aluguel dos veículos a cada 12 meses. Análise de sensibilidade: Para 31 de dezembro de 2022, a análise de sensibilidade contempla dois cenários de stress, I e II, com 17,03% e 20,48%, respectivamente, de aumento em relação ao patamar-base do CDI de 13,65%. Considerando que as aplicações também são indexadas ao CDI, o efeito líquido patrimonial e sobre o resultado, nos cenários de stress, está demonstrado na tabela abaixo:				

23. Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de juros com empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	(29.278)	(11.287)
Despesas de custo de transação e captação com empréstimos e debêntures	(3.558)	(7.689)
Despesas bancárias e IOF	(959)	(705)
Despesas financeiras	(33.795)	(19.681)
Rendimentos sobre aplicações financeiras	3.174	886
Outras receitas financeiras	663	287
Receitas financeiras	3.837	1.173
Resultado financeiro líquido	(29.958)	(18.508)

24. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2022, a remuneração com os encargos para os membros da Diretoria Executiva e Conselho de Administração da Companhia foi de R\$4.089 (R\$2.581 em 31 de dezembro 2021).

	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração fixa	2.357	1.998
Remuneração variável	1.524	420
Benefícios	207	163
	4.089	2.581

A Administração não possui benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

a) **Riscos de crédito:** O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. O risco